

**IDENTIDADES LOCAIS, PRONAF E TURISMO NO ESPAÇO
RURAL: apontamentos sobre a realidade de Campo Mourão**

**LOCAL IDENTITIES, PRONAF AND TOURISM IN THE RURAL
SPACE: notes on the reality of Campo Mourão**

Juliana Carolina Teixeira

Mestranda em Geografia – Universidade Estadual de Maringá (UEM)
julianatma@gmail.com

Fabiane Nagabe

Docente do curso de Turismo e Meio Ambiente da Faculdade de Ciências e Letras
de Campo Mourão
fabianenagabetur@hotmail.com

Resumo

A proposta do turismo rural como pluriatividade para fortalecer a agricultura de base familiar nos fizeram questionar os resultados das políticas de estímulo às atividades não-agrícolas no campo. Nesse contexto, o objetivo de nossa investigação foi compreender os resultados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em relação ao Projeto de Turismo Barreiro do Campo, como estímulo ao turismo rural. Isso tudo com vistas a captar a relação da heterogeneidade dos diversos grupos identitários existentes no campo com a referida política pública e o turismo rural. Utilizamos recursos metodológicos da história oral para realizar entrevistas com os envolvidos no projeto. Realizamos ainda, pesquisas bibliográficas e documentais analisando dados oficiais do governo federal que materializam a política pública pesquisada. Para além, análises quantitativas e comparativas também foram utilizadas. Observamos que não houveram incentivos do PRONAF para o desenvolvimento do projeto investigado. Além disso, a existência de inúmeros grupos identitários nessa empreitada dificultou a captação de recursos públicos e o desenvolvimento da atividade turística.

Palavras-chave: Identidade. Agricultura de base familiar. Pluriatividade. Turismo. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Abstract

The proposition of rural tourism as a pluriactivity to strengthen the familiar agriculture made us to question the results of public policies of stimulation to the non-farm activities in the field. In this context, the goal of our research was to comprehend the results of the “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar” (PRONAF) in relation with the “Projeto de Turismo Barreiro do Campo” as a stimulation to the rural tourism. We wanted to understand the relations between the heterogeneity of the several identity groups existent in the field and the mentioned public policy and rural tourism. As methodological tool, we used the analysis of the speech to interview those involved with the project. We also performed bibliographic and documental researchs analysing official federal government data that put real the researched policy. In addition, quantitative and comparative analysis were also utilized. We observed that there were no incentives from PRONAF to the development of the researched project. Besides, the existence of many identity groups in this propose made difficult the acquiring of public resources and the development of touristic activity.

Keywords: Identity, Familiar Agriculture. Pluriactivity. Tourism. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Introdução

Discussões referentes ao grau de urbanização do Brasil e suas consequências como, por exemplo, o desaparecimento ou não da produção agrícola de base familiar, nos fizeram questionar os resultados das políticas públicas de estímulo às atividades não-agrícolas realizadas no campo. Nesse contexto, o objetivo de nosso estudo foi compreender os resultados da política pública do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em relação ao Projeto de Turismo Barreiro do Campo, como estímulo à atividade não-agrícola de turismo em áreas rurais. Procuramos captar a relação da heterogeneidade dos diversos grupos identitários existentes no campo com a referida política pública e o turismo rural. Assim, a investigação tem como base documentos orais, pesquisa bibliográfica e análise de documentos oficiais do governo federal, reunindo, assim, dados que comprovem ou refutem a nossa hipótese.

O Projeto de Turismo Barreiro do Campo foi realizado no ano de 2007, no município de Campo Mourão, Estado do Paraná e envolveu 13 propriedades que em comum almejavam a criação de um roteiro turístico integrado. Pudemos identificar entre

esses envolvidos, 04 grupos identitários distintos cuja delimitação foi pautada nas características de escoamento e consumo da produção agropecuária, e de moradia de seus proprietários, desconsiderando a extensão de seus lotes rurais.

Foram entrevistados 11 indivíduos (que correspondiam aos chefes da família ou suas esposas), abrangendo cerca de 85% do total de participantes do projeto. Esta amostragem subdivide-se em (a) 05 (cinco) propriedades de agricultores residentes da área rural, cuja lavoura temporária é canalizada para diversos centros urbanos; (b) 02 (duas) propriedades de base familiar cuja produção de subsistência é produzida para consumo próprio e comercialização no mercado local; (c) 02 (duas) propriedades de assalariados urbanos residentes no campo onde não há produção agropecuária; e (d) 02 (duas) propriedades rurais de lazer com uma pequena produção agropecuária para consumo próprio, cujos donos são assalariados urbanos e residem na cidade.

Dessa forma, como fontes primárias de nossa investigação analisamos documentos orais e textuais respeitando as peculiaridades de cada um. O primeiro perfaz 15 horas de entrevistas, registradas durante os meses de janeiro a maio de 2008. Nossas fontes orais foram abordadas por meio de entrevistas semi-estruturadas, efetuadas face a face, de maneira livre, para que os entrevistados pudessem expressar livremente suas opiniões. Tais relatos contribuíram para elucidar reflexões acerca da tentativa de turistificação da área, sobre os aspectos identitários dos analisados e a tentativa de captação de recursos públicos para financiamento de tal empreitada.

Este recurso metodológico é utilizado segundo Alberti (2006, p. 157), desde 1960 “paralelamente ao aperfeiçoamento do gravador portátil”. O uso desse documento tornou-se mais frequente nas investigações das narrativas de “membros de grupos sociais que, em geral, não deixavam registros escritos de suas experiências e formas de ver o mundo”.

Os testemunhos orais são versões do ocorrido e não podem ser tratados como reveladores de uma verdade única, visto que cada indivíduo constrói a sua verdade do fato. Procuramos, portanto, analisar e interpretar de maneira crítica as memórias registradas, pois, a partir delas podemos observar como tais sujeitos lidam com os valores culturais e políticos, e as referências cotidianas.

As entrevistas apontaram que tais produtores estão ou já estiveram envolvidos com o PRONAF. Pouquíssimos apresentam atividades relacionadas ao turismo no espaço rural, e nenhum deles conseguiu incentivos do referido programa para o desenvolvimento de tal atividade. Segundo os resultados das entrevistas, inexistem incentivos de políticas públicas, voltadas para a atividade na realidade estudada.

A decisão por encerrar a coleta de tais documentos só pôde ser tomada à medida que a pesquisa se concluíra como comumente ocorre no trato dos documentos orais, conforme assevera Alberti (2006, p. 174).

Enquanto fonte textual, analisamos o documento que materializa o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) lançado pelo governo federal brasileiro em 28 de junho de 1996. As fontes de pesquisa foram minimamente selecionadas para evitar a utilização de fontes não-confiáveis.

Observamos também que, para auxiliar os produtores rurais de base familiar no campo, esse programa tem nos parecido buscar a re-equilibragem social do campo. Assim, a título de embasamento de nossas análises comparamos um empreendimento de Turismo Rural já consolidado no município de Campo Mourão, denominado de Pousada A Fazendinha, para explicitar as diferenças existentes entre o empreendimento turístico comercial formal criado no campo em moldes capitalistas em contraponto com a possibilidade de desenvolvimento de organizações turísticas cuja renda pautar-se na agricultura de base familiar.

As discussões realizadas aqui são fruto de reflexões próprias, feitas a partir de obras que abordam o mesmo tema ou ligados a ele, por meio do qual pudemos obter dados gerais sobre o perfil dos agricultores de base familiar. Com esses dados bibliográficos, demonstraremos os impasses para a implementação do turismo como fator auxiliador para sua fixação no campo e, as políticas públicas como auxiliadoras, ou não, desse processo.

Nosso recorte espacial limitou-se a uma comunidade rural, denominada Barreiro das Frutas (nome dado à estrada que passa pelo local) situada no município de Campo Mourão e conhecida por possuir grande número de pequenas propriedades.

Nossas considerações finais apontaram para a heterogeneidade de grupos identitários existentes na área em que realizamos a pesquisa, desses, poucos recebem

auxílio das políticas do PRONAF. Dentre esses auxílios, nenhum está relacionado aos incentivos para o turismo no espaço rural, ainda que houvesse interesse dos produtores.

Essa realidade aponta para certa ineficiência do PRONAF em atingir de modo generalizado os vários grupos identitários do campo, quando se trata de incentivo a atividades não-agrícolas relacionada ao turismo. Tal realidade configurou o fim do processo de implementação da rota turística pelos produtores do Barreiro das Frutas, sendo que um dos motivos averiguados foi à falta de incentivo das políticas aos produtores envolvidos.

Contexto rural no Brasil e suas múltiplas identidades

Discussões entre correntes teóricas sobre a nova configuração do meio rural brasileiro fazem-nos conjecturar sobre o posicionamento do homem do campo na atualidade. Dentre essas correntes teóricas, está a definição de um Brasil de desenvolvimento rural, segundo as propostas de Veiga (2002), e de um Brasil de desenvolvimento urbano, conforme propostas de Graziano da Silva e Del Grossi (1998) pesquisadores, os quais defendem que:

[...] a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias. Esse processo é acelerado pela queda da renda agrícola decorrente da tendência de longo prazo (pós década de 70) de queda dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional (GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, 1998, p. 2).

Nesse sentido, teóricos como Graziano da Silva e Del Grossi (1998) acreditam que em virtude da urbanização crescente no Brasil, a agricultura de base familiar caminha em direção ao desaparecimento, e as atividades não-agrícolas despontam como mecanismos para auxiliar a fixação desse homem no campo, denominando esse processo de:

[...] '*mercantilização do tempo livre*' das famílias rurais ou seja do tempo em que os membros da **família camponesa** não estavam ocupados nas atividades agrícolas e que eram dedicados às atividades não-agrícolas (fabricação de doces, conservas, móveis e utensílios doméstico) e ao lazer (caça, e pesca, artesanato, cultivo de flores, criação de animais exóticos, e etc.) A diferença é que esses bens e serviços que eram autoconsumidos ou se

constituíam parte dos bens de uso próprio da família, são agora produzidos para a venda como uma outra mercadoria qualquer (GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, 1998, p. 2, grifo nosso). (sic)

É importante esclarecer que, conforme informações do Governo do Paraná, atividade não-agrícola:

Entende-se por serviços, atividades ou renda não agropecuários aqueles relacionados com o turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e com a prestação de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar (GOVERNO DO PARANÁ, 2008).

O turismo, em espaços rurais, enquadra-se, então, como atividade pluriativa no campo, uma vez que, no processo de industrialização da agricultura, em um Brasil de desenvolvimento urbano, menos rural do que se imagina (GRAZIANO DA SILVA E DEL GROSSI, 1998), não há mais espaço para a agricultura de base familiar. Não podemos deixar de salientar que o turismo, enquanto atividade econômica submetida à lógica da produção e da reprodução do capital coloca-se como mais um reflexo do avanço capitalista, transformador do campo em espaço para realização de lazer e negócios, capitalizando, assim, até suas expressões culturais. Nesse sentido:

Muitos territórios passam a ser dominados pelo turismo por oferecer atrativos para a demanda e aos gestores e operadores turísticos oportunidade para alocarem seus investimentos e retirem mais-valia dos espaços, do trabalho humano. Os territórios são meios e produtos das relações de força e de poder produzidas para e pelo turismo, que se estabelecem de forma contraditória e articulada entre o lugar, a nação e o mundo (CORIOLANO, 2006, p. 370).

O turismo é uma atividade econômica que demanda investimento monetário, submetendo o espaço a uma lógica do consumo, por meio da reprodução ampliada do capital. Nesse processo:

[...] o espaço tem papel fundamental na medida em que cada vez mais entra na troca, como mercadoria. Isso significa que áreas inteiras do planeta, antes desocupadas, são divididas entrando no processo de comercialização. Cada vez mais o espaço é produzido por novos setores de atividades econômicas como a do turismo, e desse modo praias, montanhas e campos entram no circuito de troca, apropriadas, privativamente, como áreas de lazer para quem pode fazer uso delas (CARLOS, 199, p.25).

Consideramos que a atividade turística demanda a apropriação de critérios de consumo específicos para que ela se realize, delegando ao espaço funções particulares e rígidas. Encontramos, portanto, um impasse para que essa atividade se realize a partir da agricultura com base familiar, à medida que sua implementação demanda, por vezes, investimentos altos que fogem da capacidade do agricultor de base familiar.

O Estado procura, com o auxílio de políticas públicas, resolver esses impasses. Coloca-se em questão, aqui, a quem essas políticas generalizantes de fato atingem? Uma vez que é possível identificarmos em áreas rurais, inúmeros grupos identitários. Os inúmeros desdobramentos de tal Programa deixa-nos dúvidas sobre qual desses grupos ele atenderia, na prática, em relação às iniciativas pluriativas do campo: se camponeses e/ou agricultores familiares, ou agricultores detentores de grandes capitais, ou ainda, empresários da cidade com seus empreendimentos localizados no campo.

Em virtude da existência de múltiplas identidades nesses espaços, pode-se instalar ali um jogo de interesses entre elas, de beneficiamento de grupos identitários isolados, correspondendo à aliança, muitas vezes, de conjuntos minoritários mais abastados financeiramente. Esses usos são possíveis, pois, o Estado ao desempenhar seu papel tanto no campo quanto na cidade, pode direcionar as políticas públicas estimulando setores que julgam ser mais competitivos

[...] interferindo objetivamente, na reprodução espacial, seja financiando a agricultura capitalista e deixando de lado as pequenas unidades camponesas que produzem a alimentação básica dos trabalhadores, seja direcionando a localização industrial, ou ainda investindo em infra-estrutura capaz de permitir o crescimento do setor de serviços (CARLOS, 2007, p. 2).

Entramos, então, em uma discussão dicotômica entre campo e cidade. Apontamentos sobre a importância da não-dicotomização entre esses dois territórios abordados por estudiosos da área apontam que:

As greves no campo e nas cidades mostram que cidade e campo não podem ser separados: estamos diante de greves de trabalhadores do campo que são feitas nas cidades. Movimentos de trabalhadores rurais sem-terra caminham pelas estradas, acampam e lutam no campo, e na cidade marcham pela reforma agrária. A luta pela terra no campo só poderá ser feita na cidade (OLIVEIRA, 2001, p. 7).

A tomada de decisões nas cidades, com relação aos problemas do campo, deixa falhas nas resoluções desses problemas, como aponta Carlos (2007), ao registrar que as

pequenas unidades camponesas que produzem artigos primários são deixadas de lado. Assim, é possível questionar as políticas públicas, geradas na cidade para o campo, que privilegiam orientações de mercado em detrimento das relações sociais do campo. As políticas públicas (re) equilibram as discrepâncias existentes na sociedade, quando:

De maneira sutil ou mais intensa, o capital expande-se, reproduz-se, concentrando-se nas mãos (e nas contas bancárias... aplicações... investimentos...) de uma minoria que conseguiu, e consegue, as condições necessárias para tal. Nem todos conseguem acumular capital na mesma quantidade. Muitos nem conseguem acumular capital! Por isso, muitas famílias não têm casa, carro, um terreno urbano ou rural, máquinas para trabalhar na lavoura; muitas não têm assistência médica e odontológica (SAQUET, 2006, p. 74).

A argumentação de Saquet (2006), corrobora com nossas percepções sobre a existência de distintos grupos identitários no campo: aqueles que possuem maiores condições de reprodução das relações sociais, e aqueles que vivem à margem de condições mínimas de sobrevivência. O autor ainda completa:

Nesse sentido, há uma característica que é de fundamental importância, pois marca profundamente a vida cotidiana de muitas famílias agricultoras, provocando a pobreza de muitos e a riqueza de poucos, que é a subordinação e a exploração que também acontecem clara e disfarçadamente. A primeira, ocorre em atividades produtivas agropecuárias ou industriais que têm trabalho assalariado e a segunda, nas que têm trabalho familiar (SAQUET, 2006, p. 74).

Frente a essas questões, o PRONAF, desde sua criação (Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996), até as mudanças propostas para o dia 1º de julho de 2008, destina recursos às atividades não-agrícolas, o que inclui o turismo. Claramente se compreende que o mesmo delimita um grupo identitário a ser beneficiado: os agricultores familiares. Todavia, a questão aqui gira em torno da reflexão sobre os jogos identitários que possam vir a beneficiar outros grupos. Define-se como postos em jogos de identidades:

Nenhuma identidade singular – por exemplo, de classe social – podia alinhar todas as diferentes identidades com uma “identidade mestra” única, abrangente, na qual se pudesse, de forma segura, basear uma política. As pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas (HALL, 2003, p. 20).

Hall (2003), demonstra o referido tipo de situação com muita propriedade ao apresentar o conceito de identidade do “sujeito pós-moderno”, afirmando que a identidade está se fragmentando e o indivíduo não possui uma única identidade, mas múltiplas. Segundo Hall (2003, p. 12), “Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente”.

O “jogo de identidades”, nesse sentido, ocorre em detrimento dos interesses políticos de oligarquias dominantes no país, fazendo com que os benefícios de políticas públicas recaiam sobre os grupos identitários de seu interesse. Martins (1994, p. 13) afirma que “A sociedade civil não é senão esboço num sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está dominada pelo Estado e foi transformada em instrumento do Estado” e acrescenta que o clientelismo político resiste.

As dificuldades encontradas nesse espaço relacionadas à posse da terra entre distintos grupos identitários podem ser agravadas com a nova realidade delegada a eles, figurada pelas demandas da atividade turística que cria novos grupos no espaço rural, onde:

[...] muitos rurícolas e agricultores podem estar vendo tais demandas ou exigências de readaptação como algo que lhes é imposto por representações sociais e relações de força forâneas, que os têm forçado a relegar uma histórica relação (de ocupação, de habitação, de trabalho) com a terra. E tal configuração, por conseguinte, enseja ou pode ocasionar mudanças conflituosas ou crises de identidade social para os indivíduos nela envolvidos (trabalhadores da terra x trabalhadores do lazer/entretenimento; agricultores x artesãos; produtores de alimentos x empresários de turismo; trabalhador rural x pedreiro/jardineiro, residente rural x produtor rural, etc.) (FROEHLICH, 2000, p. 4).

Para alguns pesquisadores, essas novas situações criam resistências nas identidades da pós-modernidade frente à globalização se articulando, “sendo reforçadas pela resistência à globalização” (HALL, 2003, p. 69). Porém, embora haja a luta pela recriação de suas relações sociais e pelo seu reconhecimento, a agricultura com base familiar está sujeita aos desdobramentos do capitalismo.

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa do Governo Federal, que busca auxiliar a agricultura de base familiar e os empreendimentos relacionados a ela. Foi criado pelo Decreto Presidencial nº 1.946 de 28 de junho de 1996, e, conforme o Capítulo X do Manual de Crédito Rural (2007), esse programa “destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família”. Sendo que consta entre seus objetivos apoiar o desenvolvimento agrícola de base familiar, buscando fortalecer esse grupo.

Segundo o mesmo Decreto nº 1.946, de 1996:

Pode receber crédito do PRONAF o agricultor que: (i) explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, ou parceiro; (ii) trabalhar com a família, contratando, no máximo, dois empregados permanentes e/ou trabalho temporário em caráter sazonal; (iii) possuir área correspondente a, no máximo, quatro módulos fiscais; (iv) residir no imóvel explorado ou em área próxima; e (v) retirar da exploração agropecuária ao menos 80% de sua renda familiar (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2008).

O Manual de Crédito Rural (2007) ainda descreve que se enquadram como beneficiários: os pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas, silvicultores, aquicultores e comunidades quilombolas ou povos indígenas que atendam aos requisitos do Programa.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2007):

Em termos quantitativos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf - cresceu para a disponibilização em crédito, de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 12 bilhões na safra 2007/08; de 950 mil contratos para 2 milhões no mesmo período (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2007).

Dele desmembram-se vários outros sub-programas, na busca por alcançar diversos grupos identitários no campo. Dentro do PRONAF as famílias são enquadradas em linhas de créditos, divididas nos Grupos A, A/C, B, C, D e E, sendo que, cada qual financia um valor determinado, com taxas de juros específicos. Lembramos que o PRONAF possui outros programas como o PRONAF Mulher, PRONAF Jovem,

PRONAF Turismo Rural, dentro outros. O PRONAF Turismo Rural é um programa que destina auxílios do governo na tentativa de impulsionar as atividades de turismo dentro das propriedades de base familiar no campo.

Lembramos que a realidade brasileira não é homogênea e o resto do país não pode ser comparado à região Sul, considerando que é nessa região que temos o maior número de auxílios recebidos pelo PRONAF, conforme assevera Paulino (2008).

Para delimitar o grupo atingido por seus recursos, o PRONAF estabeleceu uma série de requisitos que devem ser preenchidos pelos beneficiários do programa. O candidato que pleiteia recursos desse programa deve ter posse da Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa. Além do DAP, algumas agências bancárias exigem também documentos pessoais e do imóvel do produtor rural, que deve estar com seus impostos e demais regulamentações em dia.

Além da marcante burocracia, outros fatores se tornam entraves na busca de auxílio por pequeno produtor rural de base familiar:

[...] distorções em relação à distribuição dos recursos que, tanto no interior dos estratos de renda quanto em termos geográficos, tem sido desigual. Dados compilados por Guanzirolli (2007) indicam que em 2004, 47% do crédito foi para a região Sul e apenas 18% para o Nordeste. [...] as próprias condições objetivas acabam por excluir muitos dessa política pública, até porque uma parcela do campesinato rejeita veementemente o endividamento, não sem razão, tendo em vista que os juros, embora muito abaixo do mercado e até das taxas de que desfruta o agronegócio, podem constituir-se em armadilha, pois grande parte dos camponeses não tem a seu favor o ganho de escala e, ademais, ocupa-se de uma policultura com baixos retornos monetários, quando os têm (PAULINO, 2008, p. 232).

Os estímulos fornecidos pelo programa a algumas regiões do país, mais do que outras regiões, podem ser apontamentos claros sobre a grande heterogeneidade entre elas. O turismo, por sua vez, como atividade econômica, incentivado pelo poder público, pode ser um dos fatores que corroboram com o aumento das diferenças entre as regiões brasileiras.

Considerando que a realidade do campo brasileiro é heterogênea, podemos supor que, por inúmeras vezes, que essas políticas não beneficiam de forma igualitária os grupos a que se destina. Na mesma direção do PRONAF Turismo rural, é possível observarmos, ao enveredarmos pela Política Nacional de Turismo, que tanto a política

do PRONAF, como observou Paulino (2008), quanto às políticas de turismo são distribuídas desigualmente pelo território brasileiro, pois:

A diversificação do produto turístico, embora apareça como um objetivo, pode ser entendida como uma estratégia da política, já que o objetivo, nesse caso, é diversificar os fluxos para determinadas porções do território nacional. Essa política de turismo revela um aspecto seletivo, do ponto de vista espacial, quando sugere a difusão de novos pontos turísticos, privilegiando aqueles localizados em “regiões de melhor nível de desenvolvimento”. As regiões mais pobres, assim, continuariam em desvantagem, do ponto de vista de um possível uso de seu território pelo turismo (CRUZ, 2000, p. 59, grifo da autora).

Nessa perspectiva, Martins (1994) verifica que as políticas públicas do Estado por ora se revelam alheias à verdadeira realidade, o que nos faz questionar sobre a existência de programas que estimulam o produtor rural no campo, sem que, ao menos, a maioria deles possua terra para trabalhar, por isso o pesquisador adverte que:

[...] No mínimo, na história contemporânea do país, há desproporções acentuadas entre a gravidade do problema e a intensidade do discurso, entre as dificuldades sociais e a consciência das dificuldades. Ora o problema é grave e a consciência é superficial; ora o problema é menos intenso e a consciência é dramática. De modo que as políticas públicas em relação às questões sociais parecem se desenvolver no intervalo entre o apogeu dos problemas e o apogeu da consciência social a eles relativa. O que dá ao Estado, em particular, a característica de uma agência aparentemente não afinada com as demandas sociais (MARTINS, 2001, p. 3).

Assim, enquanto o turismo rural está em voga, com uma demanda crescente, e se coloca, para muitos teóricos, como atividade que vai auxiliar o camponês, são ignorados inúmeros impasses para a realização dessa atividade, dentro das possibilidades camponesas, a exemplo da estrutura mínima exigida pela atividade. Dessa forma, a tentativa de estimular a agricultura camponesa por meio de programas se torna vazia, quando grupos sociais, no campo, não têm sequer acesso a terra e, ainda, o Estado com suas políticas públicas, não possui afinidade com os problemas sociais, como já apontou Martins (2001). Nessa lógica, como já demonstramos, Carlos (2007) apresenta que o investimento em determinados setores bem como o de serviços cresce em detrimento da exclusão das unidades camponesas.

O Turismo, portanto, enquadrando-se no setor de serviços, entendido como prática social, intimamente ligado a todos os aspectos do meio ambiente também é fundamentalmente prática econômica. Assim, o turismo comercializa, cada vez mais,

diversos espaços mundiais, como apresenta Carlos (1999), e evidentemente o campo não fugiu a essa regra. E é por meio de políticas públicas de incentivo ao turismo no espaço rural, as quais distorcem a distribuição dos recursos, que encontramos a evolução de quadros de pobreza em inúmeras regiões do país.

Políticas públicas de incentivo à atividade turística

As políticas públicas para o campo, ao serem instituídas, por vezes, esbarram na heterogeneidade marcante desse universo. Carneiro (1998) ao tratar das identidades em construção no campo brasileiro, fruto do processo de urbanização do mesmo, considera que:

[...] o "campo" não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. Nesse sentido não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos (CARNEIRO, 1998, p. 1).

As diferentes realidades existentes no campo, apontadas por Carneiro (1998), impulsionaram-nos para uma pesquisa no Norte do Estado do Paraná. Instigados em compreender o contexto rural no Brasil e a aplicabilidade das políticas públicas para o Turismo rural, analisamos, na pesquisa de campo, os contextos teóricos levantados.

Isso porque as contradições acerca da atividade turística e a configuração heterogênea do meio rural são facilmente encontradas e estimulam o erro dos programas de incentivo à atividade em questão. Inexoravelmente, encontramos equívocos e controvérsias relacionadas a essas questões.

Carneiro (1998), ao descrever que a heterogeneidade do campo brasileiro resiste ao processo de urbanização do mesmo, reforçando e criando novas identidades, delega a elas uma posição homogeneizante em relação à atividade turística. A pesquisadora compreende que a procura de lazer crescente no campo estimula a implementação da atividade pelos pequenos produtores rurais, reforçando suas identidades, apontando que entre os efeitos da implementação da atividade turística:

[...] Essa busca da natureza e o desejo dos cidadãos em transformá-la em mais um *bem de consumo* toma a forma de turismo, alternado o ritmo de vida local. Pequenas pousadas são construídas e tendem a substituir, em grau de interesse e em rendimento, a unidade de produção agrícola que nela funcionava. A agricultura, nesses casos, passa a ser um complemento, muitas vezes voltada para a manutenção da família e dos hóspedes, e um *bem de consumo* ao garantir o clima "rural" almejado pelos turistas (CARNEIRO, 1998, p. 1) (grifos nossos).

A heterogeneidade das identidades estabelecida por Carneiro (1998) como resultado da urbanização do campo contrapõem-se ao discurso homogêneo de acesso à implementação do turismo. Ora, embora as realidades sejam distintas entre os produtores rurais, todos deveriam ter as mesmas condições para estabelecer a atividade turística, para que ela traga benefícios, a exemplo das apontadas por Carneiro (1998), de forma igualitária.

Uma vez que o turismo é uma atividade econômica, transformando os recursos naturais, a agricultura, dentre outros, em *bens de consumo*, como descrito por Carneiro (1998), ela demanda gastos para a sua implementação. Conforme Coriolano (2006), o turismo retira a mais valia dos espaços e do trabalho humano, enquanto Carlos (2007), por sua vez, entende que o Estado direciona as políticas públicas para o financiamento da agricultura capitalista.

Nessa perspectiva, o acesso homogêneo dos produtores rurais de base familiar aos programas governamentais para a implementação da atividade turística embasa nossos questionamentos. A realidade do Norte do Paraná, portanto, foi utilizada para responder a alguns desses apontamentos, mais especificamente a realidade encontrada no município de Campo Mourão.

Esse município compreende relevo apropriado para a mecanização da agricultura e, portanto, possui uma homogeneidade em seu território com lavouras temporárias de milho, soja, dentre outras. Porém, ao sudeste do município, o relevo toma formas com grandes declividades e, a mecanização da agricultura com amplas áreas agricultáveis vai se limitando. Assim, o relevo acidentado, caracteriza na paisagem da região rios com pequenas cachoeiras, áreas de mata nativa, ainda preservadas e, um conglomerado de várias pequenas propriedades, em que muitas delas são de produção de base familiar. Essa localidade do campo mourãoense, por suas especificidades foi denominado como Barreiro das Frutas, onde:

[...] moradores mais antigos contam que os tropeiros faziam paradas onde se concentrava árvores nativas de espécies frutíferas, (gabiobas pitangas, jaboticabas, goiabas, entre outras) [...] Conforme o crescimento das cidades, a estrada passou a ser denominada BR 272 e depois para PR 549. Sendo uma importante interligação dos municípios de Campo Mourão e Corumbataí do Sul onde se desenvolvem importantes atividades pecuárias e agropecuárias, sendo a diversidade de silvicultura a maior característica desse desenvolvimento [...] No Barreiro das Frutas é possível observar um relevo diferente da área urbana, bem como da maioria da área rural de Campo Mourão, além de diversas quedas d'água (INVENTÁRIO TURÍSTICO DE CAMPO MOURÃO, 2005) (sic).

Essa localidade, conforme informações fornecidas pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Prefeitura Municipal, não possui demarcação territorial com fronteiras definidas e nem contagem numérica oficial das propriedades e da população ali residente. A localidade é apenas conhecida como Barreiro das Frutas pela população local por suas características específicas acima citadas.

Compreendida, assim, como uma região rica em belezas naturais, com grande parcela de produção agropecuária de base familiar, a região foi impulsionada para a implementação de um roteiro integrado de Turismo Rural, denominado *Barreiro do Campo*. A precursora dessa idéia é dona de uma pequena propriedade no Barreiro das Frutas. Não possuindo qualquer tipo de produção agropecuária e considerada apenas para lazer, a propriedade configura um exemplo das distintas realidades encontradas em um único local no campo.

O Barreiro das Frutas, portanto, possui várias pequenas propriedades com as mais diversas funções na região. Assim como a proprietária proponente do projeto, outros proprietários residem na cidade e utilizam suas propriedades no campo para o lazer da família. Em outros casos assalariados da cidade, possuem uma propriedade na localidade para residência, sem aproveitá-la para produção agropecuária. Ainda, no Barreiro das Frutas, podemos observar a existência de agricultores capitalistas ao lado de pequenas propriedades de produção de base familiar.

Nesse sentido, para a delimitação do roteiro de Turismo Rural, a heterogeneidade das propriedades não deixou de existir. Esse roteiro, procurou desenvolver um percurso entre essas propriedades comercializando suas riquezas naturais e agropecuárias. O Projeto de turismo foi realizado no ano de 2007, no

município de Campo Mourão, Estado do Paraná. Foram selecionadas 13 propriedades ao todo. Para isso, a idealizadora do roteiro, percorreu a região próxima a sua propriedade, e convidou cada proprietário interessado a participar do projeto. Aqueles que responderam positivamente ao convite, deram origem a empreitada do *Barreiro do Campo*. Porém, ela não se desenvolveu, segundo os relatos dos envolvidos. Os motivos estão relacionados à falta de incentivo governamental para o projeto. Apesar das propostas do PRONAF Turismo Rural, a região jamais recebeu qualquer incentivo referente ao turismo.

Preliminarmente, órgãos como o Instituto de Cultura e Desenvolvimento (ICD), Instituto Ambiental do Paraná (IAP), EMATER e Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEABE) estavam vinculados ao projeto, porém, aos poucos foram se desvinculando, como apontou a entrevistada: “infelizmente eles só falam e não fazem nada. Todos dizem que é ilusório”ⁱ.

Órgãos como a EMATER (estadual e municipal), dentre outros, não compreenderam a região como algo facilmente comercializável, realidade confirmada pelos apontamentos feitos por Carlos (2007) e Paulino (2008) já citados, os quais revelam que o Estado direciona o envio dos recursos.

Baseados nesses apontamentos coletados preliminarmente, fomos impulsionados a realizar a presente pesquisa sobre o projeto Barreiro do Campo, para compreender os resultados da política pública do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em relação ao Projeto de Turismo Barreiro do Campo, como estímulo à atividade não-agrícola do turismo rural. Isso tudo com vistas a captar a relação da heterogeneidade dos diversos grupos identitários existentes no campo com a referida política pública e o turismo rural. Delimitamos nossa amostra no projeto Barreiro do Campo, com os participantes nele envolvidos. Os critérios que nos levaram a estudá-los foram as tentativas e os insucessos de desenvolver a atividade turística.

Para isso, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a análise documental para tratar do referencial teórico relacionado ao tema e dos documentos que materializam a política pública do PRONAF. Também utilizamos baseados na história oral, entrevistas semiestruturadas com os participantes do projeto Barreiro do Campo. Além disso, procuramos, também, analisar dados históricos do município para compreender a

configuração do meio rural, assim, procuramos entender as reais condições de instalação e resistência desses pequenos proprietários em suas respectivas propriedades.

Tais dados embasaram o que configura a discussão dos problemas no campo, como a luta pela terra que também foi vivida em Campo Mourão. Soriano (2002), realizou importante pesquisa sobre a disputa de terras no referido município e registrou que “os inquéritos policiais e os processos penais mostraram-se fartos em assinalar informações acerca de litígios de terras no período de 1946 a 1964”. Levando em conta que muitos dos moradores do Barreiro das Frutas estão na localidade nesse período, entendemos que não se pode dissociar a questão da luta pela posse da terra da discussão da atividade turística que ocorre no espaço rural.

Contudo, a realidade encontrada junto aos entrevistados é, menos perturbadora, afinal 100% dos produtores de base familiar são proprietários da terra. A maioria deles vive na localidade há mais de quatro décadas. Existem casos de moradores cujos familiares chegaram na região em meados de 1905. Alguns deles são provenientes de Estados como Santa Catarina e São Paulo.

Observamos, então, que mais de 45% dos moradores da localidade residem no Barreiro das Frutas há mais de 40 anos e menos de 10% estão no local há menos de dez anos, apresentando, na maioria, grande identidade com a região, conforme ilustra o gráfico abaixo:

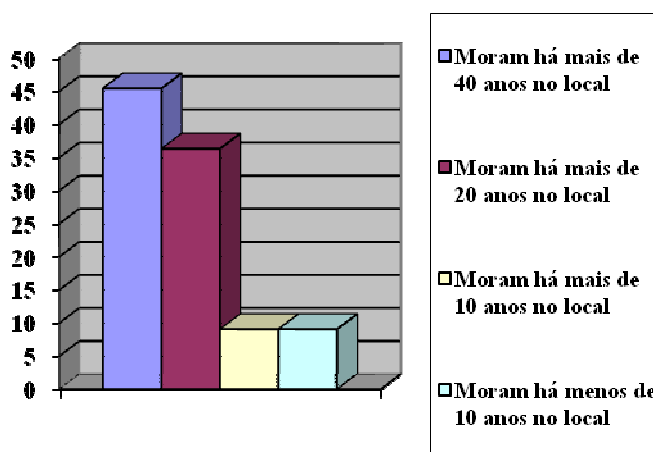


Gráfico 1: Tempo de residência dos moradores do Barreiro das Frutas, envolvidos no projeto de implementação da rota turística.

Fonte: Pesquisa das autoras.

Essas famílias que moram no Barreiro das Frutas, envolvidas no projeto turístico, confundem-se com outras propriedades de maior extensão rural, que não têm relação com esse projeto. Essas propriedades têm como arrendatários proprietários que trabalham em terras que antes já foram da própria família. A exemplo, cita-se uma das propriedades que foi arrendada por motivo de dívidas contraídas com empréstimos feitos junto a programas governamentais como o PRONAF, conforme revelam os pequenos produtores. A questão das diferentes realidades encontradas em nossa pesquisa, ilustra os diferentes grupos identitários encontrados no campo. De um lado, arrendatários; de outro, agricultores de base familiar, arrendando a terra. Para além, propriedades consideradas para lazer, com proprietários residentes da cidade, tentando impulsionar a atividade turística.

Os produtores de base familiar podem ser encontrados facilmente na localidade estudada. Sua produção, baseada em produtos como feijão, frutas, verduras e mandioca, é visível a um primeiro olhar. Ao fundo da Figura 1, encontram-se as hortas cultivadas pelas famílias no Barreiro das Frutas, apontando que essa ainda é uma atividade importante que significa grande parte da renda da família.



Figura 1: Horta com plantação de verduras de uma das famílias agricultoras.

Fonte: Acervo particular das autoras. Data: 03/2008.

Essas famílias buscam a permanência no campo, tentando otimizar a produção com auxílio de maquinário. Salienta-se, lembrando o que Paulino (2003) afirma sobre a tentativa desses produtores em diminuir a penosidade do trabalho. Nesse momento, apontamos um dos casos de auxílio do PRONAF, em que o único trator de uma das famílias produtoras foi obtido após quase quatro anos de tentativa de financiá-lo.

Os dados que foram levantados pela pesquisa mostram a heterogeneidade entre os participantes do projeto de implementação do roteiro turístico. As entrevistas com 11 indivíduos (correspondendo aos chefes da família ou suas esposas), cerca de 85% do total de participantes do projeto, representaram: 05 propriedades de agricultores residentes da área rural, cuja lavoura temporária é canalizada para diversos centros urbanos; 02 propriedades de base familiar cuja produção de subsistência é produzida para consumo próprio e comercialização no mercado local; 02 propriedades de assalariados urbanos residentes no campo onde não há produção agropecuária; e 02 propriedades rurais de lazer com uma pequena produção agropecuária para consumo próprio, cujos donos são assalariados urbanos e residem na cidade.

Identificamos nesse sentido quatro grupos identitários distintos, acima citados, reunidos em um único projeto para a captação de recursos públicos e para o desenvolvimento da atividade turística. A heterogeneidade do grupo, trouxe divergências referentes à tomada de decisão e comunicação entre esses indivíduos. Tomadas de decisões eram realizadas sem o conhecimento de todos os participantes e assim a captação de recursos e o desenvolvimento da atividade turística foi comprometida.

Destaca-se, assim, a heterogeneidade entre os grupos identitários no campo que dificulta a perspectiva de obter auxílio de políticas públicas. Isso porque, nesse projeto, foram unidas as diferentes realidades, como agricultores de base familiar e outros profissionais que não têm como fonte de renda única a terra para sobreviver e nem a têm como residência, conforme apontam os resultados constantes no Gráfico 2.

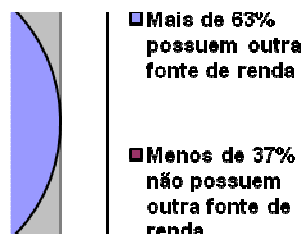


Gráfico 2: Existência de segunda fonte de renda.

Fonte: Pesquisa das autoras.

A maioria dos produtores, que totalizam mais de 63% dos envolvidos com o projeto, tem outra fonte de renda além da agricultura. É claro que algumas famílias obtêm outras fontes de renda para manter sua sobrevivência, mas afirmamos aqui a existência de indivíduos que são empresários ou possuem outros trabalhos e têm a terra como segunda fonte de renda ou reserva de valor. Os números do Gráfico 3, demonstram que, apesar de mais de 70% dos participantes do projeto possuírem residência na localidade, ainda assim quase 30% não moram no Barreiro das Frutas. Isso demonstra que grupos identitários colocam-se ao lado do produtor de base familiar, em uma tentativa de valorizar a terra com atividade turística.

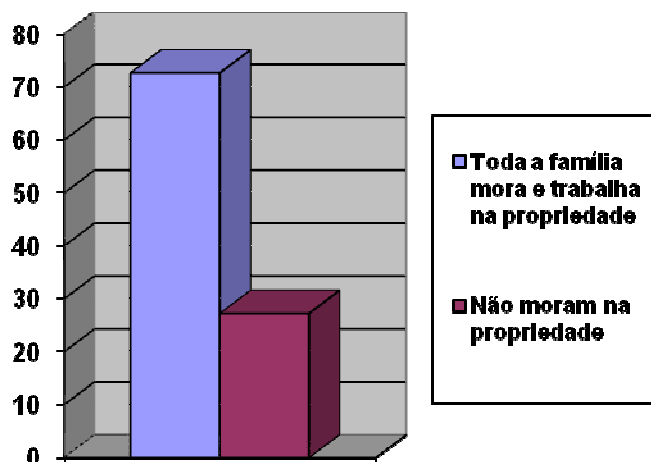


Gráfico 3: Porcentagem dos residentes do Barreiro das Frutas, envolvidos no Projeto *Barreiro do Campo*.

Fonte: Pesquisa das autoras.

Nessa perspectiva, questionamos a implementação do Turismo Rural no Barreiro das Frutas, afinal o produto a ser comercializado, nessa atividade, é o modo de vida e a produção do agricultor de base familiar. Mas, como analisamos anteriormente, os envolvidos com esse projeto não são, na sua totalidade, agricultores. Nesse sentido, ao trabalhar com concepções de Turismo Rural, alguns teóricos compreendem a complexidade da atividade e os entraves que ela pode causar ao espaço rural quando são deturpados seus conceitos básicos, porque:

A pluriatividade e a especialização de funções, conforme vêm ocorrendo no espaço rural, leva a anomalias. No caso do Turismo Rural, repete-se o que já aconteceu com as atividades tipicamente rurais que, num certo momento, foram marcadas por proprietários não residentes no local, os chamados *absenteístas*. Essa ausência aparece associada a certas condições como: arrendamento da propriedade, parceria e aquisição da propriedade rural por pessoas residentes nas cidades. A administração não é mais local, passando a ser encargo de não – proprietários aos quais são delegadas responsabilidades na tomada de decisões (TULIK, 2003, p. 81).

Essa conceituação teórica, portanto, enquadra-se perfeitamente na realidade do município de Campo Mourão. A administração do turismo particular pode acontecer com investimentos pessoais, visto que a implementação da atividade com empresários

no campo rende bons frutos. É o caso da pousada *A Fazendinha* e a título de exemplo e comparação com a realidade do Barreiro das Frutas, demonstraremos esse caso.

A propriedade *A Fazendinha* vende-se como Turismo Rural e é exemplo perfeito da comercialização do modo de vida e de produção do agricultor de base familiar em que nem ao menos, esse agricultor está presente. É nítida a grande diferença entre as realidades apresentadas e vividas pelos agricultores do Barreiro das Frutas e a propriedade de *A Fazendinha*.

Essa propriedade, localizada a 10 km de Campo Mourão, no meio rural do município, na saída para Goioerê, é um empreendimento que se intitula como Turismo Rural. No empreendimento, não observamos a agricultura como atividade principal, mas, sim, a própria atividade turística. Também não estão presentes a família agricultora e, sim, os donos do empreendimento que administram a propriedade como uma empresa localizada no campo, além de que a pousada conta com estrutura que abrange piscinas, sauna, inúmeros quartos e local para entretenimento, como parcialmente pode ser observado na Figura 2.



Figura 2: Estrutura parcial da pousada *A Fazendinha*.

Fonte: Site da pousada-
<http://www.pousadaafazendinha.com.br/>.

Em comparação nitidamente contrastante, apresentamos a Figura 3 que ilustra uma propriedade de agricultura de base familiar do Barreiro das Frutas, a qual foi

envolvida no projeto *Barreiro do Campo*, e, para a qual, a falta de recurso não possibilitou a expansão da atividade turística.



Figura 3: Propriedade de base familiar.

Fonte: Acervo particular das autoras. Data: 05/2008

Tal constatação demonstra que o Turismo, na realidade do município, não está reforçando as identidades locais como apontou Carneiro (1998), mas, sim, corresponde à atividade econômica de empresários no campo. Verificamos que, nos casos em que alguns agricultores de base familiar tinham interesse em implementar o turismo em suas propriedades, os mesmos não foram atendidos pelas políticas públicas e puderam dar continuidade a esse processo, semelhante ao que ocorreu na propriedade.

Nessa localidade, o agricultor e sua família tentaram estimular a atividade, criando um pesque-pague, (Figura 3), e outras estruturas para receber os visitantes. Um campo de futebol foi iniciado na propriedade, porém, por falta de recursos financeiros, a obra foi paralisada e, no lugar do campo, a família vai ampliar a horta para auxiliar na renda familiar. Esse é um dos casos em que a família agricultora buscou auxílio em programas como o PRONAF para o desenvolvimento da atividade turística, porém não conseguiu receber o auxílio necessário.



Figura 4: Campo de futebol inacabado, ao fundo da plantação de morangos.

Fonte: Acervo particular das autoras. Data: 05/2008.

A razão é sempre a mesma, burocracia e falta de auxílio técnico para a captação de recursos. Em entrevista, a proponente do projeto reclamou que as políticas públicas, como o PRONAF, são extremamente burocráticas e que órgãos como a EMATER e a prefeitura não auxiliam de forma alguma projetos como esse. Pesquisas realizadas sobre o PRONAF como fator de desenvolvimento rural, já apontaram esse impasse no programa. Um dos problemas está relacionado a conferir ao agricultor a característica de familiar, quando:

Pode parecer um intolerável ritual burocrático o credenciamento a que se submete o agricultor para fazer jus ao crédito do PRONAF. A Portaria no 386, de 24/9/1997, criou o *certificado* ou a *declaração de aptidão*, pelo qual a verificação do preenchimento dos critérios de enquadramento na categoria social *agricultor familiar* não pertence ao banco, mas a organizações locais claramente designadas para esse fim: os sindicatos de trabalhadores rurais (filiados à CONTAG), as empresas estaduais de extensão rural e também, objeto de muito conflito, os sindicatos rurais (filiados à CNA). O acesso ao PRONAF C passa pelo vínculo com alguma organização local que qualifica o agricultor como familiar (ABRAMOVAY e VEIGA, 1999, p. 39) (grifo dos autores).

Esses dados coletados pelos pesquisadores, somados aos dados da presente pesquisa, como a dificuldade para financiar um trator por uma das agricultoras de base familiar, são indicadores da burocracia do PRONAF. Podemos constatar essa realidade

ao avaliarmos o Gráfico 4 que demonstra que mais de 50% das famílias não conseguiram auxílio de políticas públicas.

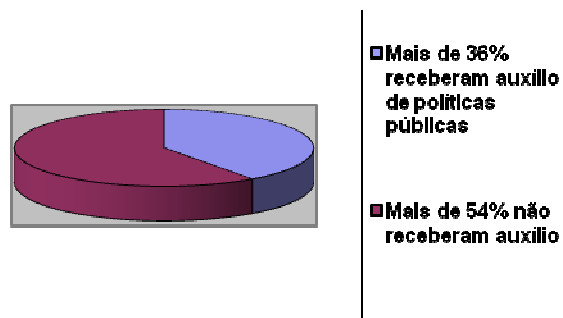


Gráfico 4: Porcentagem dos produtores que receberam auxílio de políticas públicas.

Fonte: Pesquisa das autoras.

É de relevante importância lembrarmos que essa análise se refere a políticas de fomento à agricultura. No caso de políticas públicas para o turismo, 100% dos entrevistados admitiram nunca ter recebido auxílio e afirmaram que a EMATER ou qualquer outro órgão não incentivam a atividade turística.

Os dois grupos, os que já foram beneficiados e os que não foram, acreditam que o PRONAF é extremamente burocrático e afirmaram que frequentemente é um processo lento. A agricultora, como já apontado, relata que foram três anos de espera para conseguir o financiamento de um trator de pequeno porte. Em outro caso, outro proprietário alegou ter vendido parte da propriedade para pagar as dívidas contraídas em razão do programa. Observou-se que alguns dos produtores ali localizados não possuem condições econômicas e não receberam nenhum auxílio de políticas públicas para implementar a atividade do turismo.

É relevante considerar as especificidades do turismo na sociedade moderna e os critérios para sua implementação e sucesso, enquanto atividade econômica alternativa. Conforme Graziano da Silva e Del Grossi (1998), as atividades a serem oferecidas pelos agricultores de base familiar seriam atividades de *hobbies*. Graziano da Silva e Del Grossi (1998), consideram como atividade de *hobbies* a serem oferecidas aos turistas a

horticultura, a criação de pequenos animais, entre outros. Essas atividades são fonte de renda fundamental para muitos produtores, realidade também compreendida em nossas análises.

Quase a totalidade dos entrevistados possui horta para consumo próprio e para venda do excedente, bem como mandioca, feijão, pomar etc. Também possuem criação de pequenos animais como porco, galinha e ovos, vaca leiteira, dos quais extraem leite e produzem queijo. Muitas donas de casa vendem, para vizinhos tortas e doces, produzidos em casa para auxiliar na renda familiar.

Levando em consideração uma série de fatores como as características dos proprietários, suas atividades, a falta de incentivo de políticas públicas, complementamos que a atividade turística é considerada, pela pesquisadora Carlos (2007), como um dos principais pilares de reprodução ampliada do capital. E para que ela se realize, é preciso haver um processo de territorialização no qual o espaço é submetido a uma lógica de consumo que, por sua vez, também está submetido à lógica do capital.

O Turismo Rural não foge a essa regra e consiste basicamente em visitas e interação de turistas ou visitantes nas atividades realizadas no interior de pequenas propriedades. Nesse caso, a prática turística ali realizada desdobra-se em reproduções de outros espaços para agradar a uma demanda crescente de consumidores ávidos pela busca da natureza perdida e da cultura ali contida. Estudos apontam que propriedades, no campo, voltadas para a prática turística, nada têm de agrícola, a não ser o espaço natural do entorno. Para exemplificar o que estamos falando, basta apontar os pesque-pagues, as fazendas-hotéis, os hotéis-fazendas etc., tão em voga.

É preciso considerar que o acesso a terra se configura como o primeiro impasse para que os camponeses se tornem pluriativos, aos moldes do que acontece no interior da França, conforme estudado por Carneiro (1998). A necessidade de adequar a propriedade para o consumo turístico demanda investimentos que escapam à capacidade do agricultor de base familiar, ou, ainda, que a realidade do Brasil não é um retrato da realidade específica da região Sul brasileira, lugar cuja realidade do campo é bem diferente dos demais Estados.

As especificidades e diversidades regionais no Brasil não admitem diagnósticos generalizados e homogêneos. Nesse sentido, em um país cuja aliança da terra com o capital se constitui numa aliança caracterizada pelo atraso, conforme nos mostrou Martins (1994), os impasses para a reprodução da agricultura de base familiar à dificuldade de acesso a terra e de fixação na terra a partir da realização da agricultura, apontam para uma realidade heterogênea referentes aos benefícios oferecidos pelo PRONAF Turismo Rural, em que a realidade do sul do país não corresponde a de outras regiões.

O acesso a terra no Brasil: impasses para a captação de recursos e a implementação do turismo como alternativa de renda

O problema da posse de Terra no Brasil, como afirma Martins (1994), é um problema decorrente desde a época da colonização. No Paraná esses problemas:

[...] atingiam mais do que a mera propriedade econômica da terra. Eles atingiam os mecanismos de reprodução do poder oligárquico: a grilagem de terras. [...] Tornou-se efetivamente uma questão política moderna no caso do sudoeste do Paraná nos anos cinquenta, quando terras federais começaram ser vendidas pelo governo do estado, provocando a duplicação de titulares. [...] [se tratava de] envolver um grande número de pequenos agricultores numa fraude, pois eles não eram posseiros e sim compradores de pequenos lotes de terra (MARTINS, 1994, p. 64 *et seq.*).

O maior impasse para melhorar a agricultura de base familiar é sem dúvida alguma, o acesso a terra. Essa problemática não se soluciona com medidas paliativas. A luta pela reforma agrária é prova das problemáticas que envolvem a dificuldade de acesso a terra.

Inúmeros grupos identitários são excluídos da possibilidade de ter a propriedade da terra. Serra (1999) menciona que essa questão se caracteriza pelos incluídos e os excluídos. Medeiros reconstituindo a trajetória da reforma agrária no Brasil fala da junção de mais grupos a essa luta:

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, surgiram novos personagens na luta fundiária, fruto da conjunção dos resultados do processo de modernização, da ruptura das relações sociais e de novos valores que passam a ser disseminados, em especial pela Igreja (MEDEIROS, 2003, p. 29).

Observamos a existência de múltiplos grupos identitários excluídos, como pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, seringueiros, pequenos produtores, dentre outros, que, conforme Medeiros (2003), vieram unir-se a grupos identitários como, por exemplo, o dos sem-terra.

Compreendemos que a questão da reforma agrária é complexa e não cabe, aqui, analisar o tema de forma profunda. Porém, para que se compreendam os equívocos cometidos pelo Estado, em suas ações políticas referentes ao turismo voltadas para o campo, é inevitável apontarmos para as questões agrárias para que as mesmas possam ser minimamente compreendidas, uma vez que:

[...] falar em reforma agrária e agricultura familiar no Brasil, e das políticas estruturais com elas relacionadas, depende de uma compreensão do quadro histórico em que esses temas se propõem e da compreensão do modo como se propõem enquanto desafios de políticas sociais mais do que simplesmente de políticas econômicas (MARTINS, 2001, p. 3).

No Brasil, a reforma agrária, como um todo, não tem se realizado e atende aos interesses maiores de classes dominantes, pois, apesar de ser função do Estado manter o equilíbrio da sociedade, este mesmo Estado tem seu controle posto nas mãos das oligarquias, com interesses e ideologias próprias, reproduzindo medidas paliativas para amenizar as situações.

Martins (1994, p. 13), afirma que “No Brasil, o atraso é um instrumento de poder”, e verifica que as políticas do Estado por ora se revelam alheias à verdadeira realidade, o que nos faz questionar a existência de programas que estimulam o produtor rural no campo, sem que, ao menos, a maioria deles possua terra para trabalhar.

Saquet (2006), afirma que a dinâmica territorial constituída pela dominação social impõe limites à atuação de projetos que beneficiem os agropecuários familiares. Dentre esses limites, Saquet (2006, p.16) destaca a “falta ou deficiência de políticas públicas específicas para a agricultura familiar (incentivos, subsídios...), e, as fortes tramas de dominação política”.

Sobre a deficiência de políticas públicas, o estudo realizado sobre o PRONAF, por pesquisadores, aponta irregularidades no grau de investimento do programa voltado para a agricultura familiar:

Na *homepage* em que se encontram hoje as informações sobre o PRONAF (<http://www.pnfc.org/>), registra-se um valor correspondente à metade do que foi de fato concedido como crédito de investimento. Mesmo a análise dessas informações fica muito comprometida, pois 20% do total correspondem a *outras aplicações* (ABRAMOVAY E VEIGA, 1999, p. 46) (grifo do autor).

Não muito diferente dessa realidade, atualmente o governo continua a injetar capital na agricultura familiar em uma tentativa crescente de estimular esse setor. Porém, essa iniciativa torna-se vazia, quando a maioria dos grupos identitários no campo não tem sequer acesso a terra.

Desde a criação do programa até o presente ano, foram gastos milhões em investimentos, o que não diminuiu a intensidade das disputas pelos territórios agrícolas. Podemos ilustrar essa situação, de forma mais prática, com dados do próprio órgão responsável que se propôs a investir 12 bilhões na agricultura familiar em 2007/2008:

Ampliação dos limites de financiamento: Grupo A/C – de R\$ 3.000,00 para R\$ 3.500,00. Grupo C – de R\$ 4.000,00 para R\$ 5.000,00. Grupo D – de R\$ 8.000,00 para R\$ 10.000,00. No Grupo E, o teto permanece em R\$ 28.000,00. Aumento dos limites de renda: Grupo. B – de até R\$ 3.000,00 para até R\$ 4.000,00. Grupo C – de R\$ 16.000,00 para R\$ 18.000,00. Grupo D – de R\$ 45.000,00 para R\$ 50.000,00. Grupo E – de R\$ 80.000,00 para R\$ 110.000,00 (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2005).

Além do problema de acesso a terra no Brasil, observamos, ainda, em nossas investigações, a inadimplência dos beneficiados pelo PRONAF, e as dívidas acumuladas pelos agricultores com os bancos financiadores. Ao mesmo tempo em que as famílias recebem auxílio, elas não possuem condições, em muitos casos, de pagar os empréstimos feitos junto aos órgãos financiadores.

Destacamos a pesquisa de Abramovay e Veiga (1999), que fizeram um diagnóstico da realidade do programa, há dez anos. As pesquisas apontaram para o aumento das disputas entre inúmeros grupos para entrarem na lista dos beneficiários do programa, em consequência dos valores convidativos de 1 a 1,6 bilhões de reais investidos.

Do nosso ponto de vista, os grandes investimentos em programas como o PRONAF é uma tentativa de desviar a atenção da questão central do problema. Compreendemos que, se realmente a grande maioria dos agricultores com base familiar,

que possuem dificuldades e necessitam de auxílio do governo estivessem sendo beneficiados com ações mais amplas do que somente empréstimos, não haveria um grande número de inadimplentes. Abramovay e Veiga (1999, p. 27), já demonstravam em pesquisa que, “contra a vontade do movimento sindical de trabalhadores rurais, o programa passou a admitir agricultores familiares que empregassem até dois assalariados permanentes”.

Tal fato deixa explícita a questão dos jogos de identidades no campo, afinal essa discussão gira em torno dos problemas conceituais sobre a quem o programa se refere ao falar de agricultor familiar. Os pesquisadores apontam, de forma categórica, considerações sobre essa questão como:

Mesmo levando-se em consideração que uma parte muito importante dos 4,8 milhões de estabelecimentos detectados pelo Censo de 1996 não poderia rigorosamente ser chamada de *agropecuários* — uma vez que não são unidades das quais os moradores retiram as fontes essenciais de sua sobrevivência e reprodução —, é nítido o contraste entre o público realmente atingido pelo PRONAF-C e os potenciais tomadores de empréstimos bancários (ABRAMOVAY E VEIGA, 1999, p. 30).

Esse jogo com as identidades no campo facilita os interesses de grupos identitários localizados na cidade. Verificamos que o PRONAF, por inúmeras vezes, sofreu alteração para atingir seu público-alvo de maneira satisfatória, o que faz questionar as falhas de sua formulação, reforçando a idéia de que sua criação pode não ter sido essencialmente pensada para o agricultor familiar:

[...] A implementação do PRONAF-C choca-se com uma contradição básica: por um lado, tem um público-alvo cuja definição não é feita por regras de mercado e, sim, pelo conjunto das organizações e instituições que dão vida ao programa; por outro, porém, não é um programa de assistência social, e as verbas creditícias que mobilizam devem ser resgatadas seguindo as normas habituais de qualquer financiamento bancário. O sistema bancário – como qualquer empresa mercantil – tem *clientes* com os quais estabelece relações de interesse; com o PRONAF, passa a ter um *público*. É claro que haverá sempre tensão entre a tentativa social de ampliar o público atingido pelo programa e o esforço permanente dos bancos em contemplar prioritariamente aqueles que melhor puderem tratar como clientes (ABRAMOVAY E VEIGA, 1999, p. 42).

O próprio programa admite falhas. Segundo informações do Governo do Paraná, até 2004/2005 ainda existia um grupo que não estava sendo beneficiado pelo PRONAF,

resultando em “Marginalizados ou ‘excluídos’ (sem PRONAF): Sem terras, minifundistas, aposentados” (GORVERNO DO PARANÁ, 2006). (sic)

Consideramos, portanto, que o contexto do meio rural brasileiro possui grande heterogeneidade, ao tratarmos sobre a produção agropecuária. Empresários no campo, a agroindústria, latifundiários, agricultores de base familiar, dentre outros, confundem-se, nessa configuração. Portanto, também os benefícios das políticas públicas como as do PRONAF, ao auxiliar, de forma equivocada, ou não auxiliar aqueles que realmente devem ser beneficiados.

Considerações

Observamos com a presente pesquisa, que a constituição de um grupo heterogêneo de proprietários rurais, dificulta a captação de recursos públicos e o desenvolvimento da atividade turística, devido ao grande número de impasses encontrados no campo. Os relatos captados por meio de entrevistas com os participantes do projeto turístico Barreiro do Campo trouxeram algumas reflexões.

Tais relatos contribuíram para elucidar questionamentos acerca da tentativa de turistificação da localidade do Barreiro das Frutas no município de Campo Mourão no norte do Paraná. Além disso, refletimos sobre os aspectos identitários dos analisados e a tentativa de captação de recursos públicos para financiamento do projeto turístico. A partir deles pudemos observar como tais sujeitos lidam com os valores culturais e políticos, e as referências cotidianas.

As entrevistas apontaram que tais produtores estão ou já estiveram envolvidos com o PRONAF. Pouquíssimos apresentam atividades relacionadas ao turismo no espaço rural, e nenhum deles conseguiu incentivos do referido programa para o desenvolvimento de tal atividade. Segundo os resultados das entrevistas, inexistem incentivos de políticas públicas, voltadas para a atividade na realidade estudada.

Acreditamos que a dificuldade para a captação de recursos para o projeto esteve centrada na heterogeneidade dos participantes. Identificamos quatro grupos identitários distintos no projeto. Esses grupos apresentam dentre si, características econômicas e

sociais diversas, a exemplo da agricultura empresarial e a agricultura de base familiar, as quais possuem relações sociais e de mercado específicas ao seu grupo.

Essa realidade aponta para certa ineficiência do PRONAF em atingir de modo generalizado os vários grupos identitários do campo, quando se trata de incentivo a atividades não-agrícolas como o turismo. A heterogeneidade entre os participantes do projeto dificultou o desenvolvimento da atividade turística na região. Tal apontamento configura o fim do processo de implementação da rota turística pelos produtores do Barreiro das Frutas, e um dos motivos foi à falta de incentivo das políticas que não chegaram até os produtores.

Para além desses apontamentos, compreendemos também que a atividade turística não avança no município com a participação da agricultura de base familiar junto a incentivos públicos. O que se observou foi o avanço da atividade empresarial com recursos privados, como demonstramos com a observação da Pousada A Fazendinha.

Não podemos deixar de salientar, portanto, que o turismo, enquanto atividade econômica submetida à lógica da produção e da reprodução do capital coloca-se como mais um reflexo do avanço capitalista, transformador do campo em espaço para realização de lazer e negócios, capitalizando, assim, até suas expressões culturais.

Consideramos que a atividade turística demanda a apropriação de critérios de consumo específicos para que ela se realize, delegando ao espaço funções particulares e rígidas. Encontramos, portanto, um impasse para que essa atividade se realize a partir da agricultura com base familiar, à medida que sua implementação demanda, por vezes, investimentos altos que fogem da capacidade do agricultor de base familiar.

Considerando que a realidade do campo brasileiro é heterogênea, podemos supor que, por inúmeras vezes, essas políticas não beneficiam de forma igualitária os grupos a que se destina. Na mesma direção do PRONAF Turismo rural, é possível observarmos, ao enveredarmos pela Política Nacional de Turismo, que tanto a política do PRONAF, quanto às políticas públicas para o turismo são distribuídas desigualmente pelo território brasileiro pautados por vezes pelos interesses de diversos grupos que atuam sobre o mundo rural.

ⁱ Referimo-nos ao depoimento da proponente do Projeto *Barreiro do Campo*, coletado em 19 fev. 2008. (Duração: 1h15min.)

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo. Unicamp/Hucitec, 1992.

_____. VEIGA, J. E. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília. 1999. Disponível em: < http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/td_641.pdf>. Acesso abr. 2008.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

FROEHLICH, J. M. Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o ‘desenvolvimento’. In: ALMEIDA, J; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Crédito Rural. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf)**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/denormcr/DOWNLOAD/mcr10-01.doc>>. Acesso mar. 2008.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, e da outras providências**. Brasília, DF. 1996. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/DEC%201.946%20PRONAF.doc>> . Acesso mar. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Balanco Crítico e Estratégico**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?scid=274>>. Acesso mar. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra 2007/2008 investirá 12 bilhões na agricultura familiar**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?ctuid=7987&scid=668&imprimir=t>>. Acesso mar. 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion; e VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____. (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARLOS, A. F. A. **A questão da cidade e do campo: teorias e política**. Disponível em: <http://www.prudente.unesp.br/>. Acesso abr. 2007.

_____. O turismo e a produção do não-lugar. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; YÁSIGI, Eduardo; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: Novas Identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Natal, v. 1, n. 11, p. 53-75, 1998.

CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, Amália I. G. de.; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria L (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Clacso, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTINS, J. S. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil**. In: SEMINÁRIO INTERNO SOBRE “DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BRASIL, COM ÊNFASE NO AGRÍCOLA E RURAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI”. Santiago do Chile: FAO, 2001. Disponível em: <<http://www.fao.org/regional/LAmerica/prior/desrural/brasil/souza.PDF>>. Acesso em jul. de 2007.

_____. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária no Brasil. História e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

PARANÁ, Governo do Estado. **Agricultura familiar: heterogeneidade e diversidade**. Disponível em: <<http://www3.pr.gov.br/leite/pdf/pronaf.pdf>> . Acesso abr. 2008.

PAULINO, E. T. **Terra e Vida: A geografia dos camponeses no norte do Paraná**. São Paulo: UNESP, 2003. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/02/02_ELIANE_TOMIASI_PAULINO.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2008.

PAULINO, E. T. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiase; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SERRA, E. A reforma agrária no Brasil e suas implicações sócio-econômicas. **Boletim de Geografia**, Maringá-PR, v. 17, n. 1, p. 147-152, 1999.

SAQUET, M. A. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 60-81, 2006.

SILVA, J. G; GROSSI, M. E. O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98. **Revista Nova Economia**, vol 7, n.1, p. 43-81, maio de 1998. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br>>. Acesso abr. 2007.

SORIANO, S. M. P. **Expropriação e violência: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra: Campo Mourão: 1946-1964**. 2002. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Maringá/UEM, Maringá. 2002.

TULIK, O. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

Artigo recebido em agosto/2009 e aceito para publicação em dezembro/2010.